



ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS ANTIGOS E NOVOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

OLD AND NEW PRECARIOUS SETTLEMENTS: A COMPARATIVE ANALYSIS IN VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

ASENTAMIENTOS PRECARIOS ANTIGUOS Y NUEVOS: UN ANÁLISIS COMPARATIVO EN VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

Raquel Moitinho Trindade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Graduanda em Licenciatura em Geografia

ratmquel@gmail.com

Mário Rubem Costa Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Professor

mariorubem@uesb.edu.br

RESUMO

Considerando que a necessidade de um espaço destinado ao descanso e abrigo são indispensáveis à vida humana, sua concretização vai acontecer, mesmo em condições indesejáveis. É desse modo que, restritos pela lógica do capital imobiliário, as áreas pouco valorizadas das cidades, desprovidas de infraestrutura, acabam sendo ocupadas pela população de baixa renda, consolidando moradias em assentamentos precários, como favelas e loteamentos irregulares. Ao contemplar o panorama habitacional brasileiro e não constatar a melhoria no quadro habitacional brasileiro, essa pesquisa visou – por intermédio de uma revisão bibliográfica sobre a questão habitacional e urbana brasileira, e de publicações que discorrem sobre a cidade estudada – identificar e analisar a presença e espacialidade dos assentamentos precários em Vitória da Conquista - BA. A partir da análise de pesquisas realizadas nos assentamentos e ocupações (2005-2022), percebe-se alterações pouco significativas para a solução da questão habitacional conquistense. Assim, dado a especulação imobiliária, salários baixos e as políticas públicas pouco eficazes, o problema habitacional ainda não foi efetivamente solucionado.

Palavras-chave: Assentamentos. Ocupações. Habitação.

Abstract:

Considering that the need for a space for rest and shelter is indispensable to human life, its realization will occur even under undesirable conditions. Thus, constrained by the logic of real estate capital, low-valued areas of cities, lacking infrastructure, are occupied by low-income populations, leading to the consolidation of housing in precarious settlements such as favelas and irregular subdivisions. When analyzing the Brazilian housing panorama and recognizing the lack of significant improvements in housing conditions, this research aimed—through a bibliographic review on the Brazilian housing and urban issue, as well as publications discussing the studied city—to identify and analyze the presence and spatial distribution of precarious settlements in Vitória da Conquista – BA. Based on the analysis of research conducted in settlements and occupations (2005-2022), it is evident that there have been few significant changes toward resolving the housing issue in the city. Thus, due to real estate speculation, low wages, and ineffective public policies, the housing problem remains unsolved.

Keywords: Settlements; Occupations; Housing.

Resumen:

Considerando que la necesidad de un espacio para el descanso y el refugio es indispensable para la vida humana, su materialización ocurrirá incluso en condiciones no deseadas. De este modo, restringidos por



la lógica del capital inmobiliario, las áreas poco valorizadas de las ciudades, desprovistas de infraestructura, terminan siendo ocupadas por la población de bajos ingresos, consolidando viviendas en asentamientos precarios, como favelas y loteos irregulares. Al analizar el panorama habitacional brasileño y constatar la falta de mejoras significativas en las condiciones de vivienda, esta investigación tuvo como objetivo—por medio de una revisión bibliográfica sobre la cuestión habitacional y urbana en Brasil, además de publicaciones que discuten la ciudad estudiada—identificar y analizar la presencia y distribución espacial de los asentamientos precarios en Vitória da Conquista – BA. A partir del análisis de investigaciones realizadas en asentamientos y ocupaciones (2005-2022), se percibe que ha habido pocos cambios significativos para resolver el problema habitacional en la ciudad. Así, debido a la especulación inmobiliaria, los bajos salarios y las políticas públicas poco eficaces, el problema de la vivienda sigue sin resolverse.

Palabras clave: Asentamientos; Ocupaciones; Vivienda.

Introdução

A habitação, essencial ao ser humano desde os primórdios da sociedade, foi o marco entre a vida nômade e a organização da sociedade. Como no passado remoto, ela continua sendo lugar de refúgio e repouso, mas hoje figura-se como espaço privilegiado para a manutenção e reprodução da vida e do ser social.

A vida em coletivo, a comodidade e o conforto que a moradia pode oferecer ao homem evoluíram, entretanto, a moradia enquanto mercadoria no modo de produção capitalista não tem seu acesso facilitado por essa evolução, e ainda a transformou em um bem que, hoje, evidencia a desigualdade entre as pessoas. Assim, a grande quantidade de brasileiros sem recursos, financeiros ou materiais, para acessar uma moradia de qualidade, própria ou alugada, era, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP) em 2019, 24,8 milhões de domicílios, dentre os quais muitos ainda apresentavam algum tipo de inadequação.

Isto se deu em razão da forma desigual ao longo da formação da sociedade brasileira, na qual o acesso à educação, à posse fundiária, ao rendimento salarial e acessibilidade a infraestrutura básica não foram garantidos a todos. Nesse contexto, a problemática habitacional no Brasil apresenta-se emaranhada por diversos tipos de desigualdades que dificultam o acesso à moradia adequada.

Restritos pela lógica do capital imobiliário, as áreas pouco valorizadas das cidades, desprovidas de infraestrutura, acabam sendo ocupadas pela população de baixa renda consolidando moradias em assentamentos precários, como favelas e loteamentos irregulares. Em Vitória da Conquista, a realidade não se distancia do padrão brasileiro. No município 39.7% da população possui rendimento mensal de até meio salário-mínimo (IBGE, 2020), o



que evidencia a pobreza material enfrentada pelos conquistenses, demonstrado pela existência de diversos assentamentos precários na sede municipal.

Por intermédio de uma revisão bibliográfica com a discussão sobre a questão habitacional e urbana brasileira, além de publicações que discorrem sobre a cidade estudada, visa-se identificar e analisar a presença e espacialidade dos assentamentos precários em Vitória da Conquista. Ademais, fotografias foram capturadas do Google Earth para comparar e ilustrar a percepção e evolução desse espaço.

Ratifica-se a dificuldade em se trabalhar com dados quantitativos dos assentamentos e suas especificações, já que a precisão das informações são baixas diante da dificuldade de caracterização e contagem. Todavia, uma comparação será feita com as informações levantadas em 2005 na pesquisa realizada pela professora Miriam Cléa Coelho Almeida intitulada “Produção sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista–BA”, buscando compreender se houve alguma ampliação da quantidade dos assentamentos precários entre 2005 e 2023 em Vitória da Conquista – BA.

Reprodução socioespacial e consolidação de assentamentos precários no Brasil

O problema habitacional no Brasil tem raízes no seu processo histórico e político, uma vez que esse país ainda mantém sua estrutura classista que remonta o período colonial. Decorrente dessa realidade, a classe trabalhadora viu-se com poucas oportunidades de receber salários dignos e, por consequência, de moradias adequadas.

Com isso, os mesmos trabalhadores que constroem e mantêm o funcionamento da cidade ficam segregados da sua totalidade pois, enquanto mercadoria no modo capitalista de produção, não é plenamente acessível a todos. Dessa forma a urbanização pode ser explicada como “[...] a incessante produção de um comum urbano (ou sua forma espectral de espaços e bem públicos) e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (Harvey, 2014, p. 156), ou seja, todos produzem, mas poucos se apropriam.

É então, sobre a égide e em prol do capitalismo e seu desenvolvimento desigual, que as áreas urbanas são pensadas e planejadas pelos remanescentes dessa elite em conjunto com o Estado, estabelecendo uma estrutura segregadora dos espaços da cidade. Implacavelmente,

A desigualdade social das cidades brasileiras tem, portanto, suas causas nas formas com que se organizou nossa sociedade, na maneira com que se construiu um Estado patrimonialista – em que se confundem o interesse público e o privado –, nas



dinâmicas de exploração do trabalho impostas pelas elites dominantes desde a colônia e, principalmente, no controle absoluto dessas elites sobre o processo de acesso à terra, tanto rural quanto urbana (PLHIS, 2009, p. 11)

Ainda devido à complexidade das relações que acontecem nas mais variadas escalas, é preciso pensar a questão habitacional das cidades brasileiras sobre diversos ângulos, sendo eles sociais, culturais, históricos e/ou econômicos. Da mesma forma, “o “problema” habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos sócio-econômicos e políticos mais amplos” (Kowarick, 1979, p. 55). Entende-se, portanto, que “a questão urbana está intrinsecamente associada, evidentemente, às políticas econômicas” (PLHIS, 2009, p. 15), sendo a renda uma variável fundamental para o acesso à moradia bem como a qualidade dela.

Em contraponto, com o modo capitalista de produção vigente e tendo este seu objetivo principal a obtenção de lucro, a cidade é produzida a fim de facilitar a circulação e acumulação de capital nas mãos de uns poucos, não corroborando para uma distribuição equitativa dessa renda, já que necessita justamente das disparidades para se desenvolver. Como explicita Kowarick (1979),

Como a acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários. No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o poder público só se munuiu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo. No entanto, tal iniciativa ocorre num período em que o desenho urbano já estava em grande parte traçado em consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados. (p.31)

A segregação socioespacial começa a tomar forma, expulsando a classe trabalhadora para a franja urbana, onde só são aceitos na cidade formal enquanto mão-de-obra (PLHIS, 2009). Nessa periferia, diversos serviços - mesmo os básicos - não acompanham o proletariado, e quando o faz, a condição é precária. À vista disso,

“(...) a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempo de desespero” (Harvey, 2014, p. 15).

Ante o exposto, “a “melhor” política habitacional e urbana era a da “não-ação”, deixando as cidades brasileiras conformarem suas enormes periferias sob o signo da informalidade urbanística e da auto-construção como única solução habitacional” (PLHIS, 2009, p. 13). Nesse ínterim, é evidente, principal e recorrentemente em áreas periféricas, domicílios construídos com materiais inadequados, pelos próprios moradores nas horas vagas do dia, em áreas de risco, com um adensamento excessivo, falta de energia elétrica, rede de água e esgoto, ausência de coleta de lixo, dentre outros tipos de inadequações.



Na intenção e necessidade de ter onde se abrigar é que muitas atitudes são tomadas para “solucionar” a ausência da moradia, como “(...) - aluguel de habitações deterioradas e da construção de barracos em favelas - através da autoconstrução de suas residências” (Kowarick, 1979, p. 56). É evidente a deterioração que o processo habitacional brasileiro sofre diante da pouca interferência e regularização por parte do Estado, pela força de trabalho abundante e barata encontrada no Brasil que alimenta os baixos salários e a grande desigualdade no acesso à infraestrutura física e social.

A autoconstrução, enquanto uma atividade extra não remunerada no cotidiano de muitos trabalhadores se apresenta como alternativa para conseguir uma moradia. No fim,

[...] este longo processo redonda, no mais das vezes, numa moradia que, além de ser desprovida de infra-estrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade. Além disso, a casa se deteriora rapidamente pois é feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão de trabalho é praticamente inexistente e sua construção efetuada aos poucos e sem sequência programada. Ademais, a casa, por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes reparos, implicando por parte das famílias um esforço de restauração praticamente permanente. (Kowarick, p. 62)

A população de baixa renda fica segregada na periferia social da cidade, com poucos recursos para sua manutenção diária e invisíveis na e para a cidade formal. Essa população se localiza em assentamentos que podem ou não ser precários.

Os assentamentos precários podem ser entendidos

[...] como aglomerações com delimitação mais ou menos precisa no tecido urbano, em geral, distintas do entorno quanto às suas características físicas e sociais; e com ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda. (PLHIS, p. 93)

O assentamento precário pode ser representado “[...] como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc., correspondendo, cada denominação, a uma forma específica de processo de produção destes assentamentos (Cardoso, 2016, p. 35)”.

O conceito de precariedade pode ser diferenciado uma vez que

[...] pode se referir ao risco (alagamento, deslizamento, proximidade de linhas de transmissão de alta tensão, ou de estruturas viárias ou ferroviárias, proximidades de linhas de oleodutos, ocupação de aterros de lixo etc.), e/ou à acessibilidade (dimensionamento e condições de circulação do viário); e/ou à infraestrutura (água, esgoto, lixo, pavimentação, energia, drenagem, iluminação pública); e/ou ao nível de habitabilidade das edificações (salubridade, segurança, densidade da unidade habitacional – número de cômodos e/ou área adequada ao tamanho da família, número de pessoas por cômodo servindo de dormitório adequados –, condições de insolação e ventilação, disponibilidade de sanitário interno); e/ou à qualidade ambiental do assentamento (densidade, área verde por habitante, área de praça por habitante, grau



de arborização, nível de poluição atmosférica, dos corpos hídricos ou do solo etc.).(Cardoso, 2016, p. 47)

De toda forma, como expõe Cardoso (2016) “[...] deve-se tomar a precarização da moradia como sintoma de um processo de insuficiência da oferta de moradias novas por meio dos setores formais (mercado ou setor público)” (p. 30). Contudo, o autor ainda pontua que

[...] deve-se também considerar que o investimento em infraestrutura e o financiamento habitacional podem – e tendem a – ser capturados pelo setor imobiliário, que, utilizando-se de recursos especulativos, retém a terra urbanizada fora do mercado à espera de valorização enquanto disponibiliza terras mais distantes, sem infraestrutura, puxando para cima os preços médios da terra. (Cardoso, 2016, p. 33)

Todavia, é preciso deixar claro que a pura e simples oferta de moradia não garante a solução dos problemas habitacionais pois é preciso dar condições as pessoas para que elas possam mantê-las.

Assentamento precário em Vitória da Conquista – BA

O município de Vitória da Conquista, pelo seu histórico de ser área de produção de café passou, a partir da década de 70, a chamar atenção da população residente em áreas circunvizinhas que migraram para o município em busca de trabalho. Soma-se a isso a entrada de recursos financeiros vindos de diversas fontes inclusive do Governo Federal que visavam estimular a cultura do café na região (Ferraz, 2001).

No contexto da produção municipal do café, a cidade de Vitória da Conquista se consolidou e atraiu população migrante. Foi por influência disso que

(...) ao longo dos anos, Vitória da Conquista sofreu modificações rápidas e intensas no seu contingente populacional, nas relações de trabalho características da região, e, consequentemente, essas transformações acarretam mudanças no seu espaço urbano. (Ferraz, 2001, p. 38)

Todavia essas mudanças não foram necessariamente positivas, já que principalmente a partir da década de 40, “Os agentes promotores de loteamentos agiram de acordo com os interesses do capital imobiliário e interferiram, paulatinamente, na construção de Vitória da Conquista” (Ferraz, 2001, p. 23). Foi dessa forma que a população que se estabeleceu nessa cidade, diante do preço da terra, ampliado pela influência do café, e dos baixos salários, começou a delinear uma periferia urbana pois

O processo que gerou a periferia de Vitória da Conquista está intimamente vinculado à relação existente entre os interesses dos loteadores e a permissão de abertura de loteamentos sem infra-estrutura, por parte do poder público municipal. (Ferraz, 2001, p. 63)



Nessa conjuntura, caberia ao poder público municipal estipular critérios para quanto a abertura de loteamentos, não permitindo que sejam abertos sem infraestrutura básica ou em áreas de risco. Infelizmente, pelo que se pode observar na periferia de Vitória da Conquista são ruas irregulares, sem calçamento e sem rede de esgoto. São evidências de que os interesses dos loteadores e do poder público não estão alinhados, nem mesmo para que se minimize a precarização das habitações urbanas.

Os loteamentos, carentes de infraestrutura urbana pela negligência dos loteadores, caracterizados como irregulares, começaram a aglutinar famílias com baixo poder aquisitivo pois a ocupação dessas áreas era a única maneira de acesso à terra. Assim foram se concretizando alguns assentamentos na cidade nos quais, como discorre Ferraz (2001), o “principal elemento motivador de residir-se num assentamento estava relacionado com a aquisição da casa própria, vinculado com a possibilidade proporcionada pelo programa de assentamentos populares” (p. 88).

Em Vitória da Conquista, segundo as análises feitas por Almeida (2005), as “propriedades existentes nas áreas de ocupação e assentamento, em sua maioria, se encontram irregulares, fora dos padrões exigidos pela legislação urbana, e muitas não contam com saneamento básico” (p. 163). É dessa maneira que, pela negligência de certos serviços públicos e pela configuração do modo de produção vigente, que o trabalhador não conta com recursos para mudar sua realidade.

Segregados dos espaços da cidade, “[...] os assentamentos e ocupações concentram os baixos rendimentos e se configuram em bolsões de miséria e de pobreza na cidade de Vitória da Conquista” (Almeida, 2005, p. 172). Partindo dessa perspectiva, a análise comparativa feita entre a ocorrência ou não desses assentamentos e ocupações na cidade com o passar dos anos pode revelar se essa população carente materialmente foi ou não visibilizada e atendida pelos órgãos públicos, além de fazer um paralelo com a questão habitacional brasileira, observando se há avanços ou retrocessos.

Assentamentos de ontem e assentamentos de hoje

Na cidade de Vitória da Conquista – BA foram concentradas, em determinadas áreas, pessoas com condição econômico-financeira similar, produzindo assim os chamados “bairros de ricos” e “bairro de pobres”. Em consonância com o modo de produção capitalista vigente,



os “bairros de ricos” encontram-se majoritariamente dotados de melhor infraestrutura além de manutenções recorrentes, enquanto os outros recebem serviços mais básicos.

Dessa forma, os assentamentos e ocupações da cidade são preenchidos por pessoas de baixa renda da classe trabalhadora, uma vez que o custo de manutenção da vida e o preço da terra nessas áreas é mais acessível à essa população. Assim, como discorre Almeida em sua análise feita no ano de 2005

[...] os assentamentos e ocupações são utilizados, em sua grande maioria, por trabalhadores sem nenhum ou com baixo nível de escolaridade, desempregados ou subempregados, em que 11% das famílias estão sem rendimento, 49% recebem até um salário mínimo, 35% recebem até 2 salários mínimos, 3,5% até 3 salários mínimos e apenas 1,5% recebem acima de 3 salários mínimos. (p. 172)

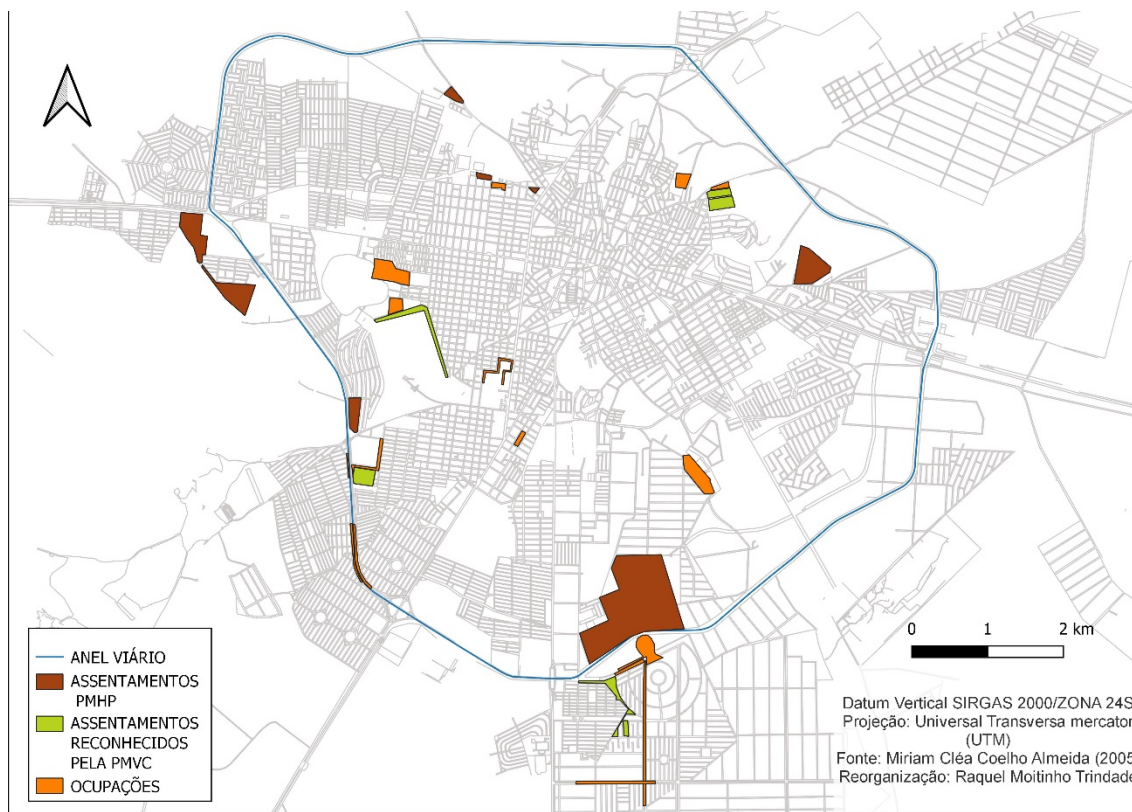
No extensivo trabalho realizado por Almeida (2005), notou-se que

Os bairros Patagônia, Alto Maron, Cruzeiro e Zabelê, apresentaram fluxos mais expressivos com destino aos assentamentos e ocupações. É importante ressaltar que esses bairros são populosos e constituídos de população de baixa renda, fato que justifica os deslocamentos. (p. 114)

Na pesquisa de campo da autora Almeida (2005) realizada em 2004, foram contabilizados 13 assentamentos, sendo que apenas uma parte deles foram reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (Mapa 1). Os assentamentos são: Vila América, Cidade Modelo, Recanto das Águas, Henriqueta Prates, Alto do Bruno Bacelar, Nova Cap, Nova Cidade, Renato Magalhães, Conjunto da Vitória, Santa Helena, Alto da Conquista, Parque da Colina e Ubaldino Gusmão.

Existem muitas áreas de ocupação pela cidade (Mapa 1), denominadas por CGC – Canteiro Central, Rua José Machado Costa, Rua Paulo Rocha, Rua Anelita Nunes, Tanque Seco, Conveima I, Conveima II, Copacabana II, Santa Terezinha, Kadija, Nossa Senhora de Lourdes, Santa Cruz, Vila União, Lagoa do Jurema, Ipanema, Alto da Boa Vista, Alto da Conquista, Pedrinhas – Nova Esperança (Almeida, 2005).

Mapa 1 – Localização dos Assentamentos e Ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA.



Fonte: Miriam Clea Coelho Almeida (2005). Reorganizado por Raquel Moitinho Trindade.

Soma-se a isso o fato de que, como expõe Almeida (2005)

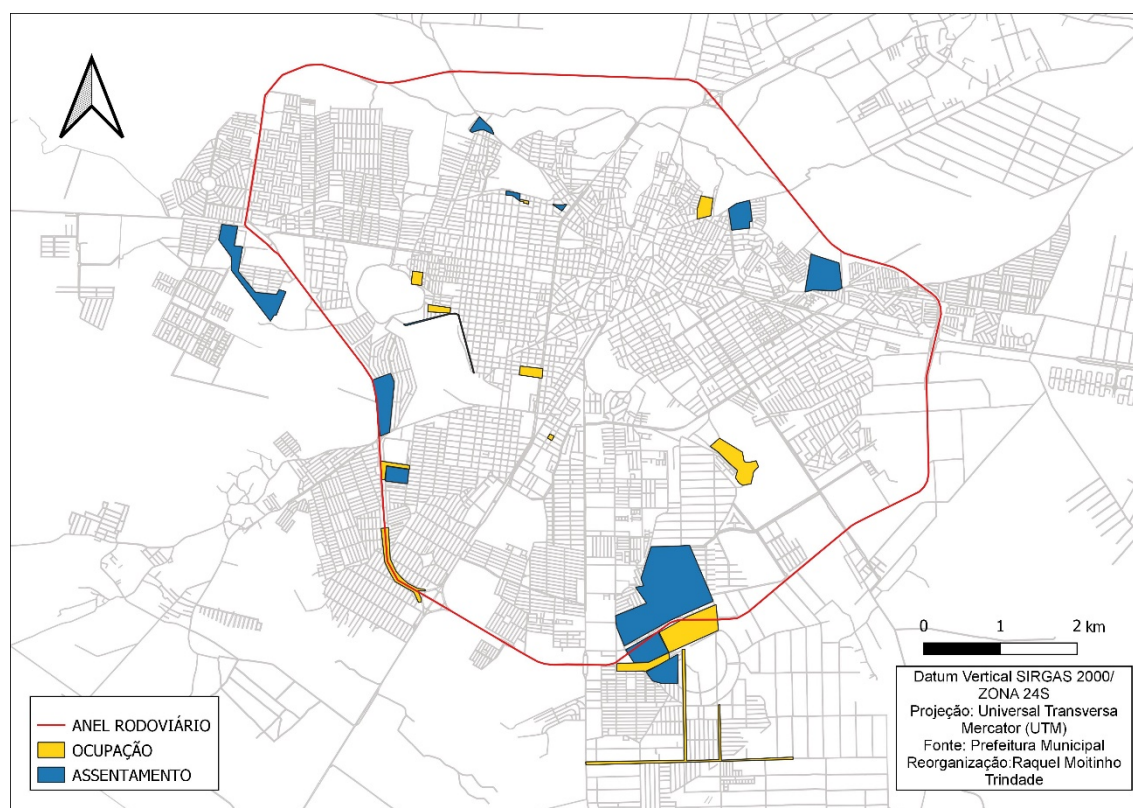
A materialização da segregação sócio-espacial pode ser percebida, não apenas na localização dessas áreas, mas no nível das habitações, na desigualdade sócio-econômica e no nível de acessibilidade física e social aos equipamentos e serviços urbanos e coletivos. (p. 178)

Quando se compara os dados levantados por Almeida (2005) e os trazidos por Silva (2022), percebe-se que mesmo com o passar das décadas, a questão social e habitacional da população conquistense vem sendo negligenciada. Silva (2022), em seu trabalho, traz dados sobre a Zona Especial de Interesse Social da cidade, os quais constata os mesmos assentamentos que Almeida (2005) destacou, mesmo considerando que muitos serviços de infraestrutura começaram a chegar em maior e melhor quantidade em algumas dessas áreas, como o caso do assentamento Vila América, que hoje passa por um processo de hipervalorização do solo em razão da instalação de diversos serviços e transição da forma de propriedade com o fornecimento da escritura definitiva, levando os moradores a disporem da sua casa e poder fazer dela, efetivamente, uma mercadoria.

A longo do tempo as ocupações da cidade também seguiram o mesmo ritmo que os assentamentos, as quais majoritariamente permaneceram classificadas enquanto ocupações,

representando a não melhoria do quadro habitacional da cidade uma vez que a realidade dos moradores continua similar (Mapa 2).

Mapa 2 – Localização das ocupações e assentamentos na cidade de Vitória da Conquista, 2022.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Reorganizado por Raquel Moitinho Trindade.

Todavia, a área apresentada no mapa da PMVC (Mapa 2) apresenta algumas incongruências, dentre elas a área identificada como assentamento entre a pista do anel viário e o loteamento URBIS VI que é, de acordo com imagens de satélite, um Kartódromo (Figura 1).

Figura 1 – Kartódromo, Vitória da Conquista - BA



Fonte: Google Earth (adaptado pelos autores, 2023)

Ainda é perceptível, ao se comparar os Mapas 1 e 2, que os assentamentos e ocupações no sul da cidade além de não alterarem seu status ainda aumentaram sua área, estendendo geograficamente algumas problemáticas. Um exemplo disso foi a expansão da ocupação da Avenida 3 no bairro Primavera cidade como demonstram as figuras 2 e 3.

Figura 2 – Transformações urbanas na Avenida 3, Bairro Primavera. Vitória da Conquista – BA, 2014 e 2022



Fonte: Google Earth; Almeida (2005); Silva (2022). Adaptado pelos autores.

Figura 3 – Transformações urbanas na Avenida 3, Bairro Primavera. Vitória da Conquista – BA, 2014 e 2022



Fonte: Google Earth; Almeida (2005); Silva (2022). Adaptado pelos autores.

Percebe-se que, mesmo com o passar dos anos, a presença de espaços vazios nos quais são descartados resíduos sólidos são mantidas, as casas sofreram algumas adaptações para ampliação das áreas de vivência privada. Em termos de infraestrutura nota-se, pela maior presença de postes, um avanço na disposição de serviços como energia elétrica e iluminação pública.

No Assentamento do Vila América (Figura 4), em outra área da cidade, quando se observa a qualidade da infraestrutura dos domicílios e ruas, é nítido que ocorreram melhorias. Porém, ainda é perceptível a presença de certos elementos de precariedade como passeios irregulares.

Figura 4 – Ruas do Assentamento Vila América na cidade de Vitória da Conquista em 2023 e 2005.





Fonte: Google Earth (Autora, 2023) e Almeida (2005)

Considerações finais

Com o passar dos anos, a precarização do trabalho e do trabalhador contribui para a produção da cidade, espaço em que ele se reproduz. Assim, dado a especulação imobiliária, salários baixos e as políticas públicas pouco eficazes, o problema habitacional ainda não foi efetivamente solucionado.

A partir da análise de pesquisas realizadas nos assentamentos e ocupações (2005-2022), (percebe-se alterações pouco significativas para a solução da questão habitacional conquistense. Apesar da instalação de determinados serviços e melhoria na qualidade habitacional para as classes de renda mais alta, para a população de baixa renda, que habita nos assentamentos e ocupações, essas modificações têm chegado de maneira mais tardia e deficitária.

De forma a ser melhor pesquisado percebe-se que há maiores investimentos quando o capital imobiliário se interessa de forma mais intensiva por uma determinada área, como vem ocorrendo no loteamento Vila América e em seu entorno com a instalação de infraestrutura e a construção de diversos condomínios fechados.

Seguindo a tendência brasileira de periferação da população mais pobre, foi possível constatar que os assentamentos e ocupações da cidade ainda são predominantes em bairros que fazem parte da franja urbana da cidade, povoada por trabalhadores de baixa renda. Todavia, algumas áreas de fronteira já vêm sendo ocupadas por condomínios de classe média. Esse processo, se não for devidamente tratado pela municipalidade, poderá, quando associado à especulação imobiliária por áreas privadas não edificadas, empurrar a população de mais baixa renda para mais longe, ampliando a negação, a eles, do direito à cidade.

Referências

ALMEIDA, Mirian Cléa C. **Produção sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista–BA. 2005.** 192f (dissertação) Mestrado em Geografia. Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Brasília, DF, 2009.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Assentamentos precários no Brasil:** discutindo conceitos. 2016.



FERRAZ, Ana Emília Quadros. **O urbano em construção**: Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, Tânia Costa. **Habitação de interesse social e (re)produção do espaço urbano**: relações dos sujeitos sociais no Programa de Habitação Popular do município de Vitória da Conquista – BA. 161f.; il. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Vitória da Conquista, 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.